

**PROJETO DE LEI Nº 032/2025**

**AUTOR/ SIGNATÁRIO**

**Vereador João de Deus  
Pereira Partido dos  
Trabalhadores**

**EMENTA**

“Dispõe sobre Institui a Política Municipal de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e de Outras Formas de Violência no Âmbito do Serviço Público Municipal de Teresina, e dá outras providências.

”

**TEXTO**

**CAPÍTULO I**

**DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Art. 1º** Fica instituída, no âmbito da Administração Pública Municipal Direta e Indireta de Teresina, a Política Municipal de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e de Outras Formas de Violência no Trabalho.

**Art. 2º** Esta Lei aplica-se a todos os agentes públicos, servidores efetivos, comissionados, empregados públicos, estagiários, aprendizes, terceirizados, prestadores de serviços e quaisquer pessoas que exerçam atividades nas dependências ou em nome da Administração Pública Municipal.

**CAPÍTULO II**

**DAS DEFINIÇÕES**

**Art. 3º** Para os fins desta Lei, considera-se:

**I – Assédio moral:** toda conduta abusiva, reiterada ou sistemática, manifestada por comportamentos, palavras, atos, gestos ou escritos que atinjam a dignidade, a integridade psíquica ou física do trabalhador, degradando o ambiente de trabalho ou colocando em risco sua permanência no serviço;





PROJETO DE LEI Nº 032/2025

AUTOR/ SIGNATÁRIO

Vereador João de Deus  
Pereira Partido dos  
Trabalhadores

EMENTA

“Dispõe sobre Institui a Política Municipal de  
Prevenção e Enfrentamento do Assédio  
Moral, do Assédio Sexual e de Outras  
Formas de Violência no Âmbito do Serviço  
Público Municipal de Teresina, e dá outras  
providências.

”

TEXTO

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

**Art. 1º** Fica instituída, no âmbito da Administração Pública Municipal Direta e Indireta de Teresina, a Política Municipal de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e de Outras Formas de Violência no Trabalho.

**Art. 2º** Esta Lei aplica-se a todos os agentes públicos, servidores efetivos, comissionados, empregados públicos, estagiários, aprendizes, terceirizados, prestadores de serviços e quaisquer pessoas que exerçam atividades nas dependências ou em nome da Administração Pública Municipal.

CAPÍTULO II

DAS DEFINIÇÕES

**Art. 3º** Para os fins desta Lei, considera-se:

I – **Assédio moral:** toda conduta abusiva, reiterada ou sistemática, manifestada por comportamentos, palavras, atos, gestos ou escritos que atinjam a dignidade, a integridade psíquica ou física do trabalhador, degradando o ambiente de trabalho ou colocando em risco sua permanência no serviço;

PALÁCIO SENADOR CHAGAS RODRIGUES  
CÂMARA MUNICIPAL DE TERESINA  
Av. Marechal Castelo Branco, 625 - Cabral  
CEP: 64000-810 • Teresina/PI  
Telefone: (86) 3200-0350



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA  
SECRETARIA DE ESTADO DA DEFESA PÚBLICA

Autenticar documento em <http://www.splonline.com.br/cmteresina/autenticidade>  
com o identificador 310033003800890038003A005000, Documento assinado digitalmente conforme MP  
nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.







The following is a list of the names of the persons who have been appointed to the various positions in the Department of the Interior, under the act of March 3, 1879, entitled "An Act to provide for the better management of the public lands, and for other purposes."

Position	Name
Secretary of the Interior	John W. Foster
Assistant Secretary	William B. Ewing
Chief of Bureau of Land Management	John W. Foster
Chief of Bureau of Indian Affairs	John W. Foster
Chief of Bureau of Geographical Names	John W. Foster
Chief of Bureau of Fish and Game	John W. Foster
Chief of Bureau of Reclamation	John W. Foster
Chief of Bureau of Conservation	John W. Foster
Chief of Bureau of Forestry	John W. Foster
Chief of Bureau of Mines	John W. Foster
Chief of Bureau of Public Lands	John W. Foster
Chief of Bureau of Surveying and Mapping	John W. Foster
Chief of Bureau of Waterways	John W. Foster
Chief of Bureau of Wildlife	John W. Foster
Chief of Bureau of Zoology	John W. Foster



## **II – Assédio**

**sexual:** conduta de natureza sexual, indesejada, verbal, não verbal ou física, que tenha por objetivo ou efeito constranger, humilhar, intimidar ou obter vantagem, inclusive mediante ameaça ou promessa relacionada ao vínculo funcional;

**III – Violência no trabalho:** qualquer ação, incidente ou comportamento que se desvie do razoável e pelo qual uma pessoa seja agredida, ameaçada, humilhada ou ferida no exercício de suas atividades ou em decorrência delas.

## **CAPÍTULO III**

### **DOS PRINCÍPIOS E DIRETRIZES**

**Art. 4º** A Política Municipal reger-se-á pelos seguintes princípios:

I – dignidade da pessoa humana;

II – valorização do trabalho e do servidor público;

III – prevenção e educação permanente;

IV – confidencialidade e proteção da vítima;

V – ampla defesa e contraditório;

VI – não retaliação.

**Art. 5º** São diretrizes da Política Municipal:

I – promoção de ambiente de trabalho saudável, seguro e respeitoso;

II – adoção de medidas preventivas e educativas;

III – criação de canais seguros e acessíveis de denúncia;

IV – apuração célere e responsável das denúncias;

V – apoio e acolhimento às vítimas.

## **CAPÍTULO IV**

### **DAS MEDIDAS DE PREVENÇÃO**

**Art. 6º** A Administração Pública Municipal deverá:

I – promover campanhas educativas e ações de sensibilização sobre assédio e violência no trabalho;







- II – realizar  
capacitações periódicas para gestores e servidores;
- III – incluir o tema nos programas de formação inicial e continuada;
- IV – afixar material informativo nos locais de trabalho e nos meios digitais institucionais.

## **CAPÍTULO V**

### **DOS CANAIS DE DENÚNCIA E DA APURAÇÃO**

**Art. 7º** O recebimento e o tratamento das denúncias de assédio e violência no trabalho observarão os canais de ouvidoria, corregedoria ou outros já existentes no âmbito da Administração Pública Municipal.

§ 1º As denúncias poderão ser realizadas de forma presencial ou por meio eletrônico, conforme regulamentação administrativa vigente.

§ 2º É assegurado o sigilo da identidade da vítima e das testemunhas, nos termos da legislação aplicável, salvo por determinação judicial.

**Art. 8º** A apuração das denúncias observará o devido processo legal, o contraditório e a ampla defesa, nos termos do estatuto dos servidores e demais normas aplicáveis.

## **CAPÍTULO VI**

### **DA PROTEÇÃO À VÍTIMA**

**Art. 9º** É vedada qualquer forma de retaliação contra a pessoa que denunciar ou colaborar com a apuração de situações de assédio ou violência.

**Art. 10** A vítima poderá solicitar, quando necessário, medidas administrativas de proteção, tais como mudança provisória de setor, sem prejuízo de sua remuneração ou direitos.

## **CAPÍTULO VII**

### **DAS RESPONSABILIDADES E SANÇÕES**

**Art. 11** Os atos de assédio moral, assédio sexual ou violência no trabalho configuram infração funcional e sujeitam o infrator às sanções previstas na legislação municipal vigente, sem prejuízo das responsabilidades civil e penal.

## **CAPÍTULO VIII**

### **DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**





**\*\*Art. 12 O**

Poder Executivo poderá regulamentar esta Lei, no que couber, observadas as competências administrativas e a legislação vigente.

**Art. 13** As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

**Art. 14** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Teresina (PI), 16 de Dezembro de 2025.



João Pereira

Vereador - Partido dos Trabalhadores



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
CAMARA MUNICIPAL DE RIO DE JANEIRO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO

ALUGUEL  
JANUÁRIO  
2001

CONTRATO Nº 001/2001  
OBJETO: ALUGUEL DE LOCAIS PARA O DESEMPENHO DE ATIVIDADES DE NÍVEL BÁSICO DE SAÚDE PÚBLICA, NO MUNICÍPIO DE RIO DE JANEIRO, POR PRAZO DE 12 (DOZE) MESES, COM INÍCIO EM 01/01/2001 E TÉRMINO EM 31/12/2001.

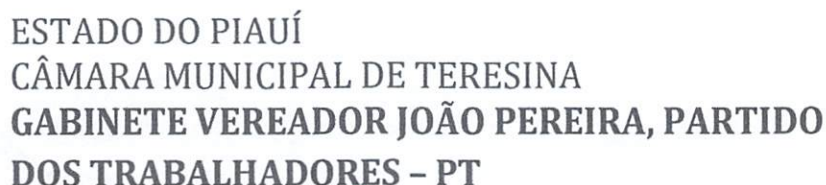
CONTRATADO: [Nome do Contratado]

Assinado por:

[Assinatura]







O presente Projeto de Lei tem por objetivo instituir a Política Municipal de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e de Outras Formas de Violência no âmbito do Serviço Público Municipal de Teresina, visando assegurar ambientes de trabalho saudáveis, éticos e respeitosos, em consonância com os princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana, da moralidade administrativa e da valorização do servidor público.

O assédio moral e o assédio sexual configuram práticas graves que comprometem não apenas a saúde física e psicológica dos trabalhadores, mas também a eficiência, a legalidade e a qualidade dos serviços prestados à população. Ambientes institucionais marcados por condutas abusivas favorecem o adoecimento funcional, o absenteísmo, a queda de produtividade e o aumento de conflitos internos, refletindo negativamente na Administração Pública como um todo.

A proposta possui natureza eminentemente normativa e preventiva, limitando-se a estabelecer conceitos, princípios, diretrizes e garantias gerais aplicáveis ao serviço público municipal, sem criar órgãos, cargos, funções, despesas específicas ou impor obrigações administrativas diretas ao Poder Executivo. Dessa forma, não há qualquer afronta à iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo, conforme entendimento consolidado do Supremo Tribunal Federal.

O projeto respeita integralmente a separação dos Poderes, uma vez que utiliza estruturas administrativas já existentes, como ouvidorias e corregedorias, e prevê eventual regulamentação de forma facultativa, apenas no que couber, observadas as competências legais do Executivo Municipal.

Além disso, a iniciativa está alinhada a boas práticas de governança pública, às diretrizes da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e à necessidade de fortalecimento de uma cultura institucional baseada no respeito, na ética e na prevenção de condutas abusivas.

Assim, ao propor esta Política Municipal, o Poder Legislativo cumpre seu papel constitucional de legislar sobre matérias de interesse local e de proteção aos direitos dos servidores públicos, contribuindo para o aprimoramento da Administração Pública Municipal e para a construção de um ambiente de trabalho mais justo, seguro e humanizado.

Diante do exposto, submetemos o presente Projeto de Lei à apreciação dos nobres Vereadores, confiantes de sua relevância social, jurídica e institucional, e certos de que sua aprovação representará um avanço significativo na promoção da dignidade e do respeito no serviço público municipal de Teresina.



Autenticar documento em <http://www.sp.br/online.com.br/cmteresina/autenticidade>  
com o identificador 310033003800390038003A005000. Documento assinado digitalmente conforme MP  
nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



[illegible]

<p> <math>\frac{1}{2} \times \frac{1}{2} = \frac{1}{4}</math>  <math>\frac{1}{4} \times \frac{1}{4} = \frac{1}{16}</math>  <math>\frac{1}{16} \times \frac{1}{16} = \frac{1}{256}</math>  <math>\frac{1}{256} \times \frac{1}{256} = \frac{1}{65536}</math>  <math>\frac{1}{65536} \times \frac{1}{65536} = \frac{1}{4294967296}</math> </p>	<p> <math>\frac{1}{2} \times \frac{1}{2} = \frac{1}{4}</math>  <math>\frac{1}{4} \times \frac{1}{4} = \frac{1}{16}</math>  <math>\frac{1}{16} \times \frac{1}{16} = \frac{1}{256}</math>  <math>\frac{1}{256} \times \frac{1}{256} = \frac{1}{65536}</math>  <math>\frac{1}{65536} \times \frac{1}{65536} = \frac{1}{4294967296}</math> </p>
--	--

[illegible]

1. The first of these is the fact that the Commission has not yet received any information from the Government of the Republic of China (Taiwan) regarding the situation in the region. The Commission is therefore unable to provide any information on this matter.

The first of these is the fact that the majority of the population of the United States is now living in urban areas. This is a result of the process of urbanization, which has been going on since the beginning of the 20th century. The second is the fact that the majority of the population is now living in the South and West. This is a result of the process of migration, which has been going on since the beginning of the 20th century. The third is the fact that the majority of the population is now living in the middle class. This is a result of the process of social mobility, which has been going on since the beginning of the 20th century.

<p>1. The following information was obtained from the records of the Department of the Interior, Bureau of Land Management, regarding the land owned by the United States in the State of California:</p>	<p>2. The following information was obtained from the records of the Department of the Interior, Bureau of Land Management, regarding the land owned by the United States in the State of California:</p>
---	---

1. The first step in the process of identifying a problem is to recognize that a problem exists.	2. The second step is to define the problem in terms of its causes and effects.	3. The third step is to identify the stakeholders who are affected by the problem.	4. The fourth step is to gather information about the problem and the stakeholders.
5. The fifth step is to analyze the information and identify the root causes of the problem.	6. The sixth step is to develop a plan of action to address the problem.	7. The seventh step is to implement the plan and monitor the results.	8. The eighth step is to evaluate the results and make adjustments as needed.

1. What is the purpose of the document?  
The purpose of this document is to provide a detailed description of the project's objectives, scope, and timeline, as well as to outline the roles and responsibilities of the team members.

[illegible]